



Música, heteronomia e metalinguagem: razão, imaginação, história e memória*

*Régis Duprat***

Resumo

Este ensaio propõe uma reflexão conceitual sobre a música em seus processos artístico, cultural e científico. Compreende a prática musical como epifenômeno de uma manifestação global do homem artístico e do homem integral. Propõe evitar a polissemia da Música enquanto área de conhecimento, enquanto questiona a eficácia dos métodos, técnicas e processos de pesquisa. Atenta para os sentidos heterônomos expressos em metalinguagem da atividade musical, inter-relacionando razão, imaginação, história e memória.

Palavras-chave

Conhecimento musical – musicologia – racionalidade e subjetividade – sentido musical.

Abstract

This essay proposes a conceptual reflection on music in its artistic, cultural and scientific processes. It understands musical practice as an epiphenomenon of a global manifestation of the artistic man, and the integral man. It proposes to avoid the polysemy of Music as an area of knowledge as questioning the effectiveness of its research methods, techniques and processes. Attentive to the heteronomous senses expressed in metalanguage of musical activity, interrelating reason, imagination, history and memory.

Keywords

Musical knowledge – musicology – reason and subjectivity – musical meaning.

* Palestra redigida especialmente para as classes de Musicologia da Profa. Dra. Maria Alice Volpe na UFRJ, realizada em 11 de julho de 2016.

Nota do autor: Ao reler este texto julguei-o pretensioso e indigesto; razão por que abandono o plano de lê-lo, mas conservo-o como lembrança do que gostaria de utilizar ao me lembrar das classes magníficas que enfrentei com superlativa satisfação. Vacilei também por passar em revista alguns temas dignos de interessar e sensibilizar uma plateia que adivinhava seleta. A amostragem de sua composição revelou-se, para mim, de alto nível...

** Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: dupratre@gmail.com.

Artigo recebido em 11 de agosto de 2016 e aprovado em 13 de agosto de 2016.



Ao refletir sobre o tema, vacilei entre alguns esquemas: um carregado de conteúdo histórico-musical brasileiro, ou até historiográfico musical; outro, de reflexões sobre o sema musical, ou melhor, o anti-sema, como contra-semiologia; e ainda outro, de inquições sobre o tempo, talvez a suprema matéria-prima do fazer histórico e do fazer musical.

A ciência moderna, diríamos pós-moderna, vem, cada vez mais, circunscrevendo o campo da certeza ao estrito âmbito da eficácia dos seus instrumentos. A nossa atividade científica envolve a ciência de processos, técnicas e métodos, de músicos educadores e historiadores teóricos e práticos. Um professor de instrumento, um regente, um educador musical, um compositor, inclusive o eletroacústico, não deixam de ser eminentemente teóricos. Práticos seriam apenas, não os intérpretes ou executantes, mas, mais precisamente, as situações de interpretação e execução que, afinal, também supõem todo um arcabouço teórico subjacente.

Nessa nossa atividade, como alcançaremos a certeza da eficácia dos nossos instrumentos ou ferramentas metodológicas para evitar a polissemia da área? Onde quer que nos situemos dentro das chamadas cinco subáreas administrativamente definidas, pisaremos sempre um terreno pantanoso em termos de métodos, técnicas e processos. Eu diria que para agir é preciso refletir tanto que mal sobra tempo para a prática... E nossa atividade musical é tão ingrata que se não praticarmos muito, muito mesmo, abdicaremos do nosso código específico. Porque a prática é a nossa linguagem e a teoria é e será sempre a nossa metalinguagem.

Mas se refletirmos sobre os sentidos heterônomos, inevitavelmente expressos em metalinguagem da nossa atividade musical, vamos acabar verificando que a nossa prática não seria mais do que uma interface, um epifenômeno de uma manifestação global do homem artístico e do homem integral. Nesse esquema, a prática possuiria duas dimensões: uma, a prática propriamente dita, a de produzir e provocar sons, a prática instrumental; outra, a prática teórica, ou teoria da prática de produzir sons, teoria da prática instrumental...

Ora, a prática propriamente dita, é quase uma física-acústica da produção do som. Já a prática-teórica ou teoria da prática instrumental é assunto do sentido, do discurso, da retórica, do significado, da música como epifenômeno de uma manifestação global do Homem, dos valores heterônomos. Não é, portanto, exclusivamente musical. Diríamos: não é absolutamente musical. Mas há um entremeio aí: o código musical. Se a prática propriamente dita, a de desferir o som físico, prescinde inteiramente, num âmbito mais



elementar, dos favores de qualquer código de leitura, as práticas instrumentais de repertório introduzem esses códigos nas preocupações cotidianas de todo instrumentista. Nenhuma escola de música ostenta em seu currículo, talvez infelizmente, uma disciplina de Prática Instrumental Pura...

E o código musical está contaminado, inapelavelmente, por estágios anteriores de desenvolvimento da prática musical. O produto integral dessa contaminação, que seria a História, a História da Música, é um imenso epifenômeno da manifestação integral do Homem; em seu bojo está contida toda a evolução da própria notação musical como código de leitura e de toda a evolução da sua heteronomia. Como todo código, está formado de signos, ou seja, de coisas que estão no lugar de outra coisa que não está presente. Essa ausência não ocorre apenas quando executamos (interpretamos) uma partitura de séculos atrás. Ocorre também com as partituras compostas ontem! A contaminação do código não ocorre apenas sobre os de uso e abuso histórico, mas também sobre os mais recentes, mais atuais.

A contaminação do código é invocada aqui, com a intenção de destacar o papel da heteronomia, ou seja, do sentido que reside nos valores não musicais dentro da atividade musical propriamente dita. Nesse sentido o fazer musical não seria senão uma imensa prática metalinguística sobre os problemas integrais do Ser Humano.

Originariamente os gregos entendiam por História, informação e pesquisa, conceitos de onde emanou o conhecimento, que com o tempo estendeu-se à relação do que se sabe: HISTÓRIA. Sócrates (no *Fédon*, de Platão) entende por História o fato (e o ato) de conhecer. Em Aristóteles o termo adquire um sentido mais preciso, mais concreto, designando o acúmulo de documentos que se opõe a uma atividade de explicação e sistematização.

A História está, no século XVI, definitivamente ligada à construção do Estado Moderno ainda que no começo não se distinga a História da ficção épica. E nesse começo, bem que podemos incluir a História Romântica do século XIX.

No limiar do século XVII, na sua revisão das ciências, Francis Bacon (*Partitiones scientiarum*, c. 1620), o pai da filosofia experimental, ao proceder a uma classificação geral das ciências (uma taxonomia), reporta-se às três principais faculdades da alma: a razão, a imaginação e a memória. A História, para ele era um conhecimento do individual, teria por instrumento essencial, a memória. Opõe-na, por um lado, à Poesia, que teria por objeto também o individual, mas fictício, e por instrumento, a imaginação. Por outro lado, opõe História à Filosofia, que, tendo por objeto o geral, teria por instrumento a razão. É flagrante e evidente a característica depreciativa desta hierarquia para a História. Como afirma



Pierre Chaunu (*História, Ciência Social: a Duração, o Espaço e o Homem na Época Moderna*, 1974), ligada arbitrariamente à memória, a História encontra-se, com Bacon, desvalorizada por muito tempo. Aliás, essa é uma atitude sistemática do racionalismo matemático cartesiano do século XVII. Nem Hobbes, Spinoza, Pascal ou Malebranche, esconderam a sua hostilidade pela História, que não poderia, realmente, ocupar nenhum espaço significativo no quadro de uma descrição da natureza em linguagem racional, em uma visão eminentemente a-histórica.

Não constitui nenhuma novidade que o século XIX, o século do romantismo, tenha sido o século do historicismo, e que este tenha surgido como consequência de vários fatores dentre os quais a própria Revolução Industrial que liberou, com a Revolução Francesa, forças sociais e ideológicas que provocaram o avanço tecnológico, as relações internacionais e os brios individuais das nações, gerando o nacionalismo e o interesse exacerbado pelo passado, pela natureza, pela identidade nacional.

A História se beneficiou especialmente dessa conjuntura com a implantação de vasta infraestrutura de museus e galerias, sociedades históricas e a publicação de coleções e Histórias Gerais, a realização de congressos e a criação de comissões nacionais para o incentivo do conhecimento do passado.

As repercussões da história cientificista – Langlois e Seignobos, na *Introdução aos Estudos Históricos* (1898), diziam simplesmente que a História é o documento – vigiriam até a década de 1930. Lembro-me bem de uma das blagues que praticávamos no tempo de Faculdade, na Universidade de São Paulo, a respeito do nosso respeitável historiador maior das bandeiras, Affonso de Taunay, do qual dizíamos que era “quase o documento”...

Foi a Escola dos Annales (*Economies, Sociétés, Civilizations*) que, a partir da década de 1920, ampliou o conceito dominante de documento e a gama de ciências auxiliares; e que, no dizer pertinente de Gilles Granger (*Filosofia do Estilo*, 1968), inovou “abandonando a construção ‘monódroma’ de modelos por uma técnica de hierarquização das estruturas”, enriquecendo definitivamente as possibilidades do trabalho histórico e transformando a História numa ciência social. É o mesmo Granger, entretanto, que em um capítulo dedicado à História (*Pensamento formal e Ciências do Homem*), insinua, gostosamente, recusar à História o status de ciência, pela situação ambígua do historiador, que alterna métodos propriamente científicos e a imaginação evocadora do concreto...

A História Serial, evolução da História Econômica e da História Quantitativa dos anos 1930, refletiu profundamente sobre os períodos que as sociedades singelas, antes chamadas de primitivas, as sociedades ágrafas, sem escrita, poderiam reter na memória



social. Esse tempo não excede a 40 anos. O aparecimento da escrita, sobretudo a alfabética, constituiu um desacelerador da memória, já que, registro que é, desestimula as ações sistemáticas de memorização, que são relegadas como desnecessárias. É claro que as sociedades ágrafas conferiam a alguns de seus membros a tarefa de decorar o conjunto de tradições textuais formando o ‘corpus’ histórico coletivo. Mas esse ‘corpus’ não alcançaria mais de 40 anos. É necessário que a comunidade proceda a uma reprogramação intergeracional, a História Oral, para que se estenda esse período a 400 anos, ou seja, quatro séculos. Os registros da primeira historiografia não são, entretanto, a transcrição desse ‘corpus’, mas sim, a crônica contemporânea. Foi assim com Heródoto e com Tucídides, na Grécia.

E quando falamos em História, enfrentamos uma polissemia: a História como ciência e a História como devir, como vida histórica do Homem, ao mesmo tempo bioecológica, econômica e sociocultural, que implica em funções incorporadoras das três grandes positivities, ou regiões epistemológicas propostas por Foucault, em *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas* (1966), e que são o viver, o trabalhar e o falar, a que corresponderiam, segundo o mestre francês, três ciências básicas: a biologia, a economia e a linguística. Básicas porque esses três modelos ensinam às ciências humanas o debate entre as análises genéticas e as estruturais, respectivamente explicativas e compreensivas – explicam uma gênese ou compreendem uma estrutura (e, ressalte-se), estrutura essa reconhecida no objeto e não no espírito do pesquisador...

E relativamente ao problema da história entre continuidade e descontinuidade temos que a primeira se apoia na vigência de norma, regra e sistema, enquanto a segunda, na de função, conflito e significação.

E mais, podemos constatar uma sequência nas ciências humanas em função desses modelos, desde o século XIX: a visão organicista do Romantismo sobreleva o conceito de função (modelo biológico); a visão econômica do positivismo-marxismo sobreleva o conceito de conflito (modelo econômico); e a visão linguística do freudismo-saussurismo [de Freud e de Saussure], o conceito de significado (modelo filológico). Neste último caso, especialmente quando se trata de descobrir e interpretar o sentido oculto, subjacente das coisas e dos fenômenos. É flagrante a marcha que parte de modelos vivos para os modelos semiológicos.

Mas o que entende Aurélio por Memória? Entende-a como a “faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente”. E nisso ele não difere de 15 bons dicionários consultados que nos apresentam definição semelhante. E, na era da



eletrônica, da robótica e das conquistas espaciais, não seria de bom tom omitirmos a memória dos computadores. Aurélio o faz por nós: “Num computador, Memória é o dispositivo que pode receber e guardar informações e fornecê-las de novo, quando executado por um sinal conveniente; é um armazenador”. Armazenador: nada mudou, de fundamental, com relação a Santo Agostinho, do IV século depois de Cristo: “[...] todas essas realidades... são apenas imagens colhidas com extraordinária rapidez, dispostas como em compartimentos, de onde admiravelmente são extraídas pela lembrança” (*Confissões*, X, 9)

Realmente, o computador foi ideado, concebido e executado à imagem e semelhança de seu criador, pois a capacidade de memória que possui é exatamente a do Homem. Lalande, em seu *Vocabulário técnico e crítico da filosofia* ([1927]1999), assim se expressa:

Memória: função psíquica que consiste na reprodução de um estado de consciência passado, com o caráter de que é reconhecido por tal pelo indivíduo. Por generalização: toda conservação do passado de um ser vivo no estado atual deste. A memória é uma função geral do sistema nervoso; tem por base a propriedade que os elementos têm de conservar uma modificação recebida e de formar associações.

Bergson (*Matéria e Memória*, 1896) considerava que o passado sobrevive sob duas formas distintas: Primeiro, nos mecanismos motores propriamente ditos; segundo, em lembranças independentes. Isto significaria reconhecer a existência de duas memórias teoricamente independentes. E, também, duas formas de identificação: uma, a experiência imediata do passado; outra, a possibilidade da repetição que a potencialidade virtualmente permite.

Memória é função psíquica e fisiológica que se reporta à identidade e à autoconsciência do indivíduo. No caso da sociedade humana ela consiste numa metáfora, porque as sociedades humanas não têm cérebro, usam o cérebro e a autoconsciência dos seus membros... A consciência institui-se, na verdade, na categoria mais significativa do contexto que forma e garante a existência e o funcionamento da Memória, que consiste justamente na reprodução de configurações do passado, já vividas, e que podem, a qualquer momento, ser invocadas pelos mecanismos da mente. É o indivíduo integrante da sociedade que realiza essa operação. As operações de memória são, numa primeira instância, totalmente individuais, para depois se propagarem entre os demais componentes da sociedade, que partilham do mesmo mecanismo. Essa propagação



pressupõe a comunicação pela qual os indivíduos intercambiam as condições de uma experiência psíquica, absolutamente individual. De fenômeno psíquico ela passa a constituir fenômeno social e a enriquecer-se incorporando condições contextuais gerais da sociedade como um todo, num determinado segmento de sua evolução crescentemente complexa.

Inicialmente funções exclusivamente individuais, porque psíquicas, as funções de Memória se tornam sociais por uma operação de contrato social. Ao socializar-se assumem a condição de categoria cultural, contextualização de experiências individuais, já culturais porque previamente socializadas, e cujos projetos, objetivos e condições são estabelecidos pela acumulação de trabalho ou empenho social no setor. É por isso que as sociedades mais ricas se situam em flagrante condição de vantagem relativamente às ações de preservação da Memória. Na escala das nações, as mais pobres evidenciam nítidas condições desprivilegiadas.

Pelas conjunturas favoráveis de disseminação disponíveis, as sociedades mais ricas ostentam maior eficácia na projeção de suas experiências mnemônicas, tanto no que tange ao aspecto de formulação conceitual quanto no programático e pragmático. Isso gera padrões heterogêneos de busca e disseminação que atendem aos interesses de certos grupos da sociedade em detrimento de outros.

Da mesma forma, no contexto das culturas nacionais evidenciam-se desdobramentos semelhantes do problema. Extratos sociais situados em condições de privilégio sobre os demais passam a usufruir de condições também privilegiadas de projeção de suas próprias especulações mnemônicas.

Assim, chegamos ao confronto Memória x História. A História é uma ciência que se organiza em função da recuperação do passado. A rigor o passado poderia ser conhecido factualmente, sem nenhuma interpretação, sem mediação hermenêutica. Esta, porém, está implícita na própria identificação e valorização da documentação, que inapelavelmente se apresenta com carga semântica e constitui, como memória, uma ponte intergeracional. E mais do que isso, a memória se constitui justamente na potencialidade ou função psíquica que permite ao Homem produzir sentido através da ação de reconhecimento e identificação semântica, conferir signos identificáveis às coisas e por isso ter uma história. Agostinho já discernira isso quando, nas suas páginas citadas, afirma que “os pássaros também têm memória. De outro modo não saberiam regressar a suas tocas e a seus ninhos, nem fariam aquilo a que estão habituados. Sem a memória não poderiam construir hábito nenhum”. Assim também o Homem.



À correlação História x Memória juntemos a correlação Consciência x Identidade que formarão um duplo desdobrável perfeitamente em seis combinatórias referentes; a uma única realidade multifária. História e Memória; História e Consciência; História e Identidade; Memória e Consciência; Memória e Identidade; Consciência e Identidade.

E já que falamos em identidade, fique registrada uma ressalva também válida para a Memória e as demais categorias aventadas. Ressalva atinente ao repúdio consciente dos nacionalismos ingênuos, que grassaram periodicamente, e do pretense monolitismo das culturas nacionais que não têm constituído, através da História, senão pretexto para a ereção de ideologias tendenciosas que pretendem identificar pseudo-identidades em contextos de dominação de classe sobre classe, de grupo sobre grupo, segmento sobre segmento.

É altamente meritório o concurso da consciência social, ecológica, conservantista do patrimônio etc., corrente na qual me insiro com o entusiasmo maior e o meu trabalho de mais de 50 anos. No caso da Música, a preservação de monumentos também é uma ação objetiva, concreta, prática. Usando outros textos para interpretar os sinais constantes do protótipo, ou seja, a partitura impressa. No caso da música se preserva o manuscrito, se reproduz em microfilme ou digital, transcreve-se o seu conteúdo integral, com técnicas de atualização, intertextual de linguagem. Cria-se, pela execução da obra, uma interpretação, uma versão atual, a execução, e registra-se fonograficamente, a fita magnética, o disco e as novas mídias eletrônicas. Cada uma dessas etapas está imediatamente ameaçada de ruídos de toda sorte, inclusive e especialmente a intertextual, porque depende do nível de conhecimento dos textos de suporte.

Mas o uso do sintagma cristalizado “memória histórica”, “memória musical”, arquitetônica, visual etc. representa uma sobrevivência da linguagem e da concepção romântica, da história e do historicismo romântico. Seria como uma faca de dois gumes pois consolidada a fase atual de lutas pela conservação dos produtos do passado, a característica cripto-gramaticalmente romântica envolvida no sintagma poderá agir nas mentes de forma perversa. E não é preciso esperar a mudança geral do enfoque de patrimônio para que essa vertente aflore. Basta que consideremos as vertentes atuais da historiografia que, vinculadas ao esquema de preservação, procuram desprezar ou alienar-se em relação às correntes de criatividade descomprometidas do passado. Em outras palavras, memória histórica não deve resumir-se em saudosismo ou nostalgia.



Como função psíquica que reproduz um estado de consciência passado, a Memória é um ato criador, criativo, participante. E mais: a Memória é sempre representativa e interpretativa; é um ato de criação, de opção do presente e não do passado. A História factual, assim, não existe; o que existe é um nível interpretativo factual. Vale lembrar uma frase antológica de Paolo Portoghesi (*Depois da arquitetura moderna*, 1982): “Fazemo-nos prisioneiros do passado pela perda da memória, não por seu culto”. Como diz Sartre (*O existencialismo é um humanismo*, 1946, p. 267): “O Homem não é senão o seu projeto, só existe na medida em que se realiza; (ele) é o conjunto de seus atos”. E seus atos, completados, são a sua História, e a sua História é a sua Memória.

RÉGIS DUPRAT é musicólogo e violista profissional, estudou harmonia, contraponto e composição com George Olivier Toni e Claudio Santoro. Formado em História pela Universidade de São Paulo, cursou o Instituto de Musicologia da Sorbonne e o Conservatório de Paris. Doutorou-se em Musicologia, em 1966, pela Universidade de Brasília, onde lecionou. É professor titular da Universidade de São Paulo, autor de 18 livros e de 18 CDs; autor de edições musicológicas do Brasil colonial e imperial e da música popular brasileira do século XIX. Editor responsável pelo setor de musicologia histórica da *Enciclopédia da Música Brasileira*. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sócio benemérito da Sociedade Brasileira de Musicologia e membro eleito da Academia Brasileira de Música.

